

RECURSO ESPECIAL Nº 1.862.611 - SP (2020/0040488-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : MARCIO RONALDO DA SILVA
ADVOGADO : GABRIEL FERNANDO GONÇALVES - SP377275
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

MARCIO RONALDO DA SILVA interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Apelação Criminal n. 0000972-37.2017.8.26.0272).

Consta dos autos que o ora recorrente foi condenado à pena de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 33 do CP e pleiteia, em síntese, a fixação do regime inicial semiaberto de cumprimento de pena.

Decido.

Em consulta processual realizada na página eletrônica deste Superior Tribunal, verifico que consta a impetração do **HC n. 523.417/SP**, o qual foi ajuizado em favor do ora recorrente e também se insurge contra a reprimenda oriunda da mesma ação penal objeto deste recurso (Apelação Criminal n. 0000972-37.2017.8.26.0272). Naquele habeas corpus, a defesa também pleiteou a fixação do regime inicial semiaberto.

Registro que o referido habeas corpus **já foi julgado** e a ordem foi denegada, mantendo-se, por conseguinte, a imposição do regime inicial **fechado**, com base nos seguintes fundamentos, no que interessa:

Na espécie, verifico que as instâncias ordinárias entenderam devida a imposição do regime inicial fechado, com base nas **peculiaridades do caso concreto**, haja vista a **condenação ser superior a 4 anos e o réu haver sido surpreendido na posse de quantidade expressiva**

de drogas: 760 g de maconha. Essa situação que indica **o envolvimento do réu em organização criminosa.**

Assim, tendo sido concretamente fundamentada a fixação do regime inicial fechado de cumprimento de pena ao réu, com base **nas especificidades do caso em análise**, fica afastada a alegada violação legal do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Na sequência, a defesa interpôs agravo regimental, que, no entanto, não foi provido (DJe 11/12/2019).

Dessa forma, porque já analisado, por esta Corte Superior de Justiça, o regime inicial de cumprimento de pena estabelecido ao acusado, fica esvaída a análise da questão suscitada neste recurso especial, em razão da perda superveniente do seu objeto.

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**